

**Fábio Ferreira-Lins
Mosaner**

Professor do Departamento de
Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Santa Catarina,
Recife, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-0046-9701>
fabio.mosaner@ufsc.br

Fernanda Machado-Dill

Professora do Curso de Arquitetura e
Urbanismo
Universidade Federal da Fronteira Sul,
Erechim, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-6294-6091>
fernanda.dill@gmail.com

Ricardo Socas-Wiese

Professor do Departamento de
Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-0157-7413>
ricardo.sw@ufsc.br

CASA DE PASSAGEM INDÍGENA EM FLORIANÓPOLIS: PROJETO PARTICIPATIVO E AÇÕES DO ESTADO

INDIGENOUS TEMPORARY ACCOMMODATION IN
FLORIANOPOLIS: PARTICIPATORY PROJECT AND
STATE ACTIONS

CASA DE PASAJE INDÍGENA EN FLORIANÓPOLIS:
PROYECTO PARTICIPATIVO Y ACCIONES DEL
ESTADO



Figura 0. Resultados da primeira visita. Fonte: Acervo próprio.

RESUMO

Este artigo apresenta o processo de projeto adotado para a concepção da casa de passagem indígena de Florianópolis - Santa Catarina - Brasil com enfoque nas estratégias projetuais e nas alterações da proposta frente às ações do Estado e participação da comunidade indígena. As propostas, elaboradas por meio de um projeto de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina, abordam a importância da presença indígena na cidade, a luta constante dos povos originários por espaços físicos e simbólicos na sociedade contemporânea e o papel social de arquitetos e urbanistas diante destes desafios. Adota-se como estratégia metodológica um processo de projeto participativo, que compreende etapas de pesquisa teórica e documental, ações junto à comunidade indígena, interface com o Estado e a elaboração coletiva de diretrizes e propostas arquitetônicas. Como resultado, apresentam-se os projetos elaborados a partir das demandas da comunidade bem como as alterações decorrentes das diferentes estratégias construídas a partir das movimentações do poder público frente à problemática. Acredita-se que ao considerar os diversos atores envolvidos no processo de projeto, ampliam-se as possibilidades tanto de viabilizar a execução de equipamentos públicos fundamentais da cidade quanto de fazer com que estes de fato atendam os anseios e as necessidades das comunidades envolvidas.

Palavras-chave: projeto arquitetônico, processo participativo, cultura indígena, indígenas urbanos, direito à cidade.

ABSTRACT

This article presents the design process adopted for the design of Indigenous Temporary Accommodation in Florianópolis - Santa Catarina - Brazil, focusing on design strategies and changes in the proposal, considering State actions and the participation of the indigenous community. These proposals were developed through an outreach project at the Federal University of Santa Catarina, addressing the importance of indigenous presence in the city, the constant struggle of indigenous people for physical and symbolic spaces in contemporary society, and the social role of architects and urban planners within these challenges. A participatory project process is adopted as a methodological strategy, which comprises theoretical and documentary research stages, joint actions with the indigenous community, interactions with the State, preparation of guidelines, and architectural proposals. As a result, the architectural proposals developed based on community demands are presented, as well as the changes from the different strategies built using State actions to handle the issue. It is believed that when considering the different actors involved in the design process, possibilities broaden both to enable the execution of key public facilities in the city and to make these meet the wants and needs of the communities involved.

Keywords: architectural design, participatory project, indigenous culture, urban indigenous people, right to the city.

RESUMEN

Este artículo presenta el proceso de proyecto adoptado para el diseño de la casa de tránsito indígena en Florianópolis - Santa Catarina - Brasil, centrándose en las estrategias de diseño y cambios en la propuesta frente a las acciones del Estado y la participación de la comunidad indígena. Las propuestas, desarrolladas a través de un proyecto de extensión en la Universidad Federal de Santa Catarina abordan la importancia de la presencia indígena en la ciudad, la lucha constante de los pueblos originarios por los espacios físicos y simbólicos en la sociedad contemporánea y el papel social de los arquitectos y urbanistas en frente a estos desafíos. Se adopta como estrategia metodológica un proceso de proyecto participativo, que comprende etapas de investigación teórica y documental, acciones con la comunidad indígena, interfaz con el Estado y elaboración colectiva de lineamientos y propuestas arquitectónicas. Como resultado, se presentan los proyectos desarrollados a partir de las demandas de la comunidad, así como los cambios resultantes de las distintas estrategias construidas a partir de los movimientos del poder público frente a la problemática. Se cree que al considerar los diversos actores involucrados en el proceso de diseño, se amplían las posibilidades tanto para viabilizar la ejecución de equipamientos públicos fundamentales en la ciudad, como para hacerlos realidad satisfacer los deseos y necesidades de las comunidades involucradas.

Palabras clave: proyecto arquitectónico, proceso participativo, cultura indígena, indígenas urbanos, derecho a la ciudad.

INTRODUÇÃO

O território brasileiro é marcado pela presença dos povos indígenas e pela diversidade cultural que os caracteriza desde antes da chegada dos europeus. Na sociedade contemporânea, estão presentes a partir da memória, da integração com outros povos, dos costumes herdados, aprendidos e ressignificados, e, também, da sua presença nos territórios urbanos.

A intensificação do processo de urbanização ocorrido no último meio século, a devastação, baixa demarcação e redução das terras indígenas, e a negligência de políticas públicas voltadas aos povos originários, fizeram com que sua presença no cotidiano urbano se tornasse recorrente na atualidade. No caso específico de Santa Catarina, a demarcação de terras das três etnias majoritárias presentes no estado (Guarani, Kaingang e Xokleng) se concentrou em regiões muito específicas e com perdas progressivas de território.

A Ilha de Santa Catarina é tradicionalmente território de circulação indígena (FUNAI, 2018). Hoje, a presença indígena na cidade de Florianópolis é marcada essencialmente pelo comércio do artesanato. Este, por sua vez, corresponde à principal forma de manutenção das relações econômicas com suas aldeias na região, inserindo-se como elo entre a cidade, a cosmologia indígena e sua forma de permeabilização no sistema econômico dominante – não em busca de lucro, mas em busca de reconhecimento e de valorização material e imaterial desses povos.

Os Guarani das aldeias da Grande Florianópolis há muitos anos vendem artesanato no centro da cidade, os Kaingang se deslocam das aldeias dos estados do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e Paraná para esta prática e os Xokleng vêm do Vale do Itajaí e circulam por Florianópolis também há muito tempo. Diante desse contexto e dos inúmeros relatos de violência sofrida pela comunidade indígena, torna-se fundamental que o Estado disponibilize um local apropriado para a permanência das famílias durante o período em que se encontram na cidade.

A prefeitura Municipal elaborou algumas propostas para a Casa de Passagem indígena, no entanto, tanto o terreno quanto o equipamento público são objetos de intensas disputas políticas e até o presente não saíram do papel. Respeitando este histórico de luta da comunidade indígena e suas necessidades específicas, um novo processo de projeto foi iniciado em 2021, com participação de professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, considerando os projetos e discussões até então desenvolvidos, mas com o objetivo de criar outras formas de interlocução com os setores públicos, para promover diálogos interculturais e o atendimento das demandas identificadas junto às comunidades.

A proposta objetiva a construção de um espaço digno e projetado de acordo com as normas técnicas que acomodam o uso de permanência temporária – a Casa de Passagem – e espaços de trocas culturais e venda de artesanato, configurando um Ponto de Cultura, aberto à comunidade. O desenvolvimento da pesquisa e das propostas arquitetônicas partem da constatação de que é preciso ampliar o olhar sobre a história dos povos originários do Brasil e compreender

sua diversidade e sua cultura. Este conhecimento alicerça o desenvolvimento de intervenções arquitetônicas destinadas aos povos indígenas. Amos Rapoport (1978), ao estudar a relação das pessoas com o ambiente, revela preocupações com as mudanças culturais provocadas pelas inovações nos ambientes construídos. O autor considera fundamental o trabalho de pesquisa social anterior à intervenção, para que sejam conhecidas as especificidades culturais e os elementos centrais para respeitar o modo de vida das pessoas, ainda que no processo sejam transformados e reinventados pela própria comunidade.

No Brasil, são recorrentes intervenções arquitetônicas que desconsideram a cultura e modo de vida das populações indígenas, interferem em suas formas de organização social e ambiental e acabam prejudicando suas atividades cotidianas (Zanin, 2018). Existe, portanto, uma demanda por projetos arquitetônicos e de infraestrutura para povos indígenas, que utilizem os referenciais próprios de cada cultura, caminhando na contramão dos projetos institucionais padronizados que não respondem aos anseios e realidades locais.

Diante da necessidade de pensar e conceber arquitetonicamente a Casa de Passagem, surge outra reflexão acerca dos caminhos possíveis a serem seguidos. Trata-se da discussão sobre qual o caráter adotado pelo projeto de extensão a ser desenvolvido e a postura da equipe de projeto na relação com os diferentes sujeitos do processo. Para esclarecer esta questão, apresenta-se a disputa semântica entre *extensão* e *comunicação* abordada por Freire (1994).

O autor defende que a palavra *extensão* sugere que o conhecimento é produzido na Universidade e será estendido à população. A comunidade aparece como objeto da ação no processo e os projetos surgem do interesse dos pesquisadores e não do diálogo com a sociedade. Antagonicamente a esta postura, Freire aborda o conceito de *comunicação*, que sugere uma educação libertadora. O protagonismo é compartilhado entre universidade e comunidade em uma relação horizontal de parceria, articulação entre saberes científicos e populares, que permite a construção coletiva de conhecimentos e propostas intimamente relacionadas com o contexto local e com as necessidades da comunidade.

Presença indígena em Florianópolis e a casa de passagem

De acordo com a Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), os indícios da presença indígena em Florianópolis encontram-se nos sambaquis e sítios arqueológicos com registros que datam de 4.800 A.C. De acordo com o Censo (2010), vivem em Florianópolis cerca de 1.028 indígenas (IBGE, 2010), mesmo não havendo Terra Indígena neste município. Já Palhoça e Biguaçu, municípios pertencentes à Grande Florianópolis, somam três e quatro Terras Indígenas respectivamente.

No centro da cidade observa-se a presença dos indígenas de diferentes povos praticando a venda de artesanatos para a subsistência. Os objetos comercializados variam entre cestos, balaios, plantas, arcos, flechas e esculturas

de madeira. Além do artesanato ser uma forma de sustento para as famílias, expressa elementos culturais, contando a história de seus antepassados, divindades e da sua cosmologia. “O artesanato é uma cultura materializada, patrimônio reconhecido e protegido pela Constituição Federal” (FUNAI, 2018, p. 5).

A presença indígena nos centros urbanos não é fator inédito na história, tampouco em Florianópolis. A Ilha de Santa Catarina é um território comum de circulação indígena (FUNAI, 2018): os Guarani das aldeias da Grande Florianópolis desde a década de 1980 vendem artesanato no centro da cidade, prática realizada pelas mulheres com suas crianças em um pano sobre o chão, a qual denominam *poraró* e acreditam que possibilita a formação das crianças como pessoas Guarani em momentos importantes de sociabilidade e de troca cultural intra e interétnica (Zanin, 2017). Os Kaingang se deslocam das aldeias do estado do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e Paraná; os Xokleng vêm do Vale do Itajaí e também circulam por Florianópolis.

De acordo com a Funai (2018, p. 4), “ainda que a dinâmica deste deslocamento tenha se modificado ao longo do processo de colonização e contato entre indígenas e não indígenas, as comunidades indígenas buscam os grandes centros urbanos para a comercialização do artesanato”. No entanto, a presença indígena no centro da cidade costuma causar certo estranhamento por parte dos não indígenas, olhares que enxergam os indígenas como um corpo que não pertence àquele espaço.

Ao longo das últimas décadas, esse processo de circulação e permanência das famílias indígenas em Florianópolis tem sido marcado pelas dificuldades enfrentadas, principalmente pela falta de segurança e condições dignas de permanência. Lideranças atuais do movimento relatam que apenas lhes restava buscar abrigo às intempéries em acampamentos improvisados, geralmente embaixo de viadutos ou árvores em terrenos vazios, e tendo que se proteger de diversos tipos de violência, frutos do preconceito com a presença indígena no meio urbano.

A necessidade de melhores condições de permanência levou as famílias indígenas a um longo percurso de lutas e reivindicações ao poder público municipal por espaços mais adequados e seguros. Diante desta situação, houve a necessidade de ações que promovessem a dignidade no passar e permanecer dos indígenas em Florianópolis e, conseqüentemente, um acolhimento adequado do indígena no contexto urbano da cidade, do qual também faz parte. A rodoviária da cidade foi o primeiro espaço improvisado para o acolhimento das famílias, em 2015. Em seguida, foi substituída pelo terminal de ônibus desativado no bairro do Saco dos Limões (TISAC), onde os indígenas permanecem até hoje, ainda em processo de disputas e sem infraestrutura básica necessária.

Em meio a conflitos políticos e sociais em relação à permanência dos indígenas no TISAC, a construção da Casa de Passagem torna-se elemento fundamental na luta dos indígenas pela garantia de seu Direito à Cidade.

Apesar das fragilidades e conflitos que giram em torno da área destinada para a Casa de Passagem, a conquista dessa porção do Aterro da Baía Sul é fruto de um processo de luta dos povos indígenas.

Para além da Casa de Passagem, outros espaços de resistência são reivindicados pela presença dos indígenas nos centros urbanos. A partir do recente acesso dos indígenas ao ensino superior, amplia-se a presença dos indígenas nesse território, trazendo novas pautas de lutas e demandas, não apenas para a garantia de permanência dos estudantes na universidade, mas também para o fortalecimento da autonomia indígena nas cidades (Bergamaschi et al., 2018).

Neste contexto marcado por disputas no território urbano historicamente negado aos povos indígenas, novos equipamentos emergem como fortalezas de resistência e de afirmação da presença indígena nos centros urbanos. Por este motivo, o equipamento institucional da Casa de Passagem se coloca como lugar de afirmação da presença indígena no espaço urbano e representa a preservação e valorização da memória e dos costumes dos povos originários.

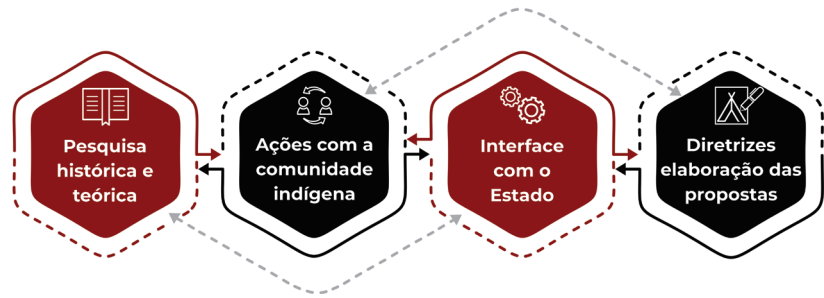
Se de um lado a execução deste equipamento abre caminho para futuros urbanos mais representativos e sensíveis às necessidades desta população, ela também traz consigo inúmeros desafios, que vão desde a definição do termo Casa de Passagem até os elementos legais estabelecidos para sua execução. Para esclarecer tanto equipe de projeto quanto comunidade a este respeito, recorre-se ao Código de obras do município (Florianópolis, 2000) que enquadra as edificações destinadas a hotéis, pousadas e albergues como Edificação Residencial Transitória, possuindo uma área mínima de cinco metros quadrados por leito, além de orientar quanto à quantidade de pontos para as instalações hidro sanitárias mínimas necessárias para esse tipo de edificação. Esses parâmetros foram norteadores do dimensionamento do projeto. Mesmo se tratando de um Projeto de Extensão em termos institucionais, como prática pedagógica e de ação, a equipe utiliza a comunicação, as trocas e o compartilhamento como base para todas as etapas.

Este artigo tem como objetivo principal o compartilhamento do percurso desenvolvido para o projeto e as propostas arquitetônicas desenvolvidas para a Casa de Passagem a partir da comunicação com comunidades indígenas e agentes públicos envolvidos. Para tanto, são apresentadas as etapas definidas, os projetos resultantes das estratégias metodológicas escolhidas e as reflexões tanto sobre o caminho projetual e os artefatos arquitetônicos, quanto sobre o papel social da profissão e as possibilidades de as intervenções gerarem impactos positivos para a cidade de uma maneira geral.

Este projeto de extensão adota metodologia participativa de projeção arquitetônica, envolvendo a comunidade indígena, para ampliar a compreensão acerca deste contexto. Rapoport (1971) expressa a necessidade de conhecer aspectos subjetivos do grupo no qual se pretende realizar alguma intervenção arquitetônica, ressaltando que a arquitetura deve ser direcionada aos interesses

METODOLOGIA

Figura 1. Etapas da pesquisa.
 Fonte: Elaboração dos autores.



das pessoas que a irão utilizar: Unwin (2013) aprofunda o tema argumentando sobre o protagonismo e o envolvimento do usuário na definição do desenho arquitetônico, o que possibilita projetar lugares identificáveis.

Acredita-se que as dinâmicas participativas adotadas possibilitam estabelecer relações mais próximas com as comunidades e com os demais agentes envolvidos no projeto. Assim, para o desenvolvimento da proposta arquitetônica da Casa de Passagem Indígena de Florianópolis, foram definidas as seguintes etapas e ações conforme a Figura 1.

Ações com a comunidade indígena

Foram planejadas ações em parceria com a comunidade indígena em diversos momentos do projeto. Inicialmente, em julho de 2020, a primeira delas teve como objetivo estabelecer o primeiro contato da equipe de projeto com a comunidade indígena e com o lugar da intervenção, além de realizar levantamento métrico e fotográfico para construir os desenhos base para a proposta. A segunda ação, realizada no final do mesmo mês, foi uma oficina de cestaria, realizada com o objetivo de possibilitar uma interação mais livre e profunda entre comunidade e equipe. Entendendo a representatividade do artesanato na cultura material indígena e sua importância como meio de subsistência indígena na cidade, a atividade coloca os integrantes da equipe de projeto como aprendizes deste saber fazer tradicional e evidencia a intenção de troca de conhecimentos e de construção coletiva da proposta. Após estas duas primeiras ações, as relações com a comunidade se estreitaram e desde então, são recorrentes as atividades realizadas em conjunto com a comunidade indígena do local. Destacam-se entre elas reuniões de discussão sobre o projeto, esclarecimento de dúvidas, consultas técnicas e outras ações ligadas à permanência dos indígenas no lugar atualmente ocupado.

Interface com o estado

A relação com agentes públicos, ocorre tanto de maneira indireta, na qual a equipe acompanha as audiências públicas e ações da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores no que diz respeito à viabilização da Casa de Passagem, quanto de maneira direta, na qual a equipe participa de reuniões sobre o projeto com a comunidade e com o ministério Público Federal. Vale destacar que esta participação direta junto à procuradoria federal foi implementada atendendo a demanda da própria comunidade indígena e as reverberações

desse diálogo são apresentadas na sequência do texto. Esta comunicação, teve como principal objetivo, envolver os agentes públicos que têm poder e responsabilidade sobre a viabilização da execução do projeto, para que assim, a proposta fosse elaborada atendendo tanto a comunidade quanto as restrições ou orientações impostas pelo Estado.

Diretrizes para elaboração das propostas

As diretrizes de projeto e as propostas arquitetônicas foram elaboradas coletivamente pela equipe de projeto e apresentadas, discutidas, alteradas e validadas com a comunidade indígena em todas as etapas de elaboração. Esta estratégia foi adotada com o objetivo de envolver os usuários da edificação no processo de desenvolvimento do projeto, fazendo com que estes participassem do mesmo ativamente, não apenas tendo suas demandas consideradas, mas como protagonistas na elaboração de um lugar para acolhimento das famílias indígenas pensado de maneira a respeitar e valorizar suas especificidades culturais.

Cada uma das etapas anteriormente descritas ocorreu não a partir de uma sequência linear, mas em momentos distintos da pesquisa, de acordo com as transformações no cenário político e administrativo e as alterações nos rumos do projeto a serem reelaborados a partir de cada diálogo entre os agentes envolvidos. A seguir, apresentam-se sistematizados os principais resultados de cada uma delas, bem como suas contribuições para a configuração das propostas arquitetônicas elaboradas até o momento.

Ações com a comunidade indígena

A visita realizada em junho de 2021, objetivou um primeiro reconhecimento do local, tanto pelas características físicas do edifício, quanto pelo modo como ele foi ocupado como casa de passagem provisória. A visita iniciou com uma conversa entre os integrantes da equipe e membros da comunidade indígena. Todos sentaram-se em círculo e dialogamos sobre as necessidades, dificuldades e anseios da comunidade indígena, principalmente no que diz respeito à construção de uma casa de Passagem, para abrigar temporariamente cerca de trezentos indígenas de modo digno, incluindo dormitórios, sanitários, refeitórios e cozinhas coletivas, espaço para produção e venda de artesanato.

Também foram observados e registrados, por meio de fotografias e levantamento métrico, a geometria e as condições atuais do edifício. Apesar de o edifício nunca ter sido utilizado como terminal de ônibus urbano, a edificação encontra-se em bom estado, com a estrutura e cobertura íntegras. As instalações hidro sanitárias encontram-se em estado precário, com apenas dois chuveiros, bacias e pias operantes para cerca de 80 pessoas que habitavam o local na ocasião. A parte frontal da edificação é ocupada com espaço de produção e venda de artesanato (Figura 2). O trecho dos fundos é ocupado por barracas de lona cedidas pela defesa civil, utilizadas como dormitórios provisórios. Apesar de as barracas estarem sob a cobertura existente, estão

RESULTADOS



Figura 2. Resultados da primeira visita. Fonte: Acervo próprio.

Figura 3. Oficina de cestaria Kaingang. Fonte: Acervo próprio.

muito expostas ao frio, calor e aos fortes ventos. Os principais resultados da primeira visita foram os registros das conversas com a comunidade por meio de relato realizado por cada integrante da equipe; levantamento fotográfico e desenhos técnicos realizados a partir do levantamento métrico e fotográfico, composto de plantas, cortes e um modelo digital.

Na segunda visita foi realizada uma oficina de confecção da cestaria tradicional Kaingang (Figura 3), ministrada pelos indígenas para os estudantes e professores da UFSC, integrantes da equipe de projeto. Os relatos da equipe descrevem a importância da experiência de confeccionar as cestas para entender e valorizar o saber-fazer ancestral e atávico da confecção de cestas. Também destacam a complexidade envolvida naquela produção, mais simples em aparência do que realmente é.

A cestaria Kaingang, além de representar um meio de subsistência para a comunidade, representa a identidade desta etnia por meio dos grafismos impressos nas peças e do formato dos artefatos. Este momento de compartilhamento de saberes foi fundamental para os passos seguintes do projeto e orientou o programa de necessidades da edificação e a organização espacial da proposta.



Outras visitas informais foram realizadas por membros da equipe de modo individual e coletivo, ao longo do segundo semestre de 2021, como resultado dos laços criados a partir das duas visitas de campo programadas. Essas visitas informais contribuíram para complementar e atualizar as informações coletadas. Destacam-se entre estas interações, as reuniões de apresentação de projeto, uma visita a um terreno ofertado pela prefeitura municipal para a construção da Casa de Passagem (Figura 4) e a participação em feiras de artesanato e outras atividades realizadas pela comunidade.

A relação de confiança estabelecida com a comunidade oportunizou à equipe de projeto compreender as necessidades das famílias indígenas e apoiá-las em seu posicionamento diante dos órgãos públicos envolvidos como será descrito a seguir:

Interface com o Estado

Por solicitação da comunidade, representantes da equipe de projeto participaram da reunião com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e Ministério Público Federal para apoiar os indígenas na argumentação dos motivos pelos quais o terreno ofertado pela prefeitura não era adequado à Casa de Passagem. Após este evento, foi realizada nova reunião com o Ministério Público. Nesta oportunidade a Procuradora solicitou a elaboração de uma proposta limitando o projeto à projeção da cobertura do TISAC, sem ampliação de área construída como uma estratégia para viabilização do projeto. A seguir, são apresentadas as propostas elaboradas tanto a partir dos diálogos com a comunidade quanto a partir da orientação do MPF.

Diretrizes e elaboração das propostas

Após realizar a pesquisa histórica, as visitas de campo no TISAC e, principalmente, analisar a dinâmica de interação com os diversos agentes do Estado, a equipe elaborou diretrizes de projeto construídas coletivamente com a comunidade indígena, levando em conta as mudanças constantes de conjuntura advindas das ações dos diversos agentes do Estado. As diretrizes propostas são:

Figura 4. Ações junto à comunidade indígena. Fonte: Acervo próprio.

- Flexibilizar espaços para que tenham uso mesmo nas épocas de menor número de indígenas na cidade;
- Prever espaços para fabricação, armazenamento e venda do artesanato produzido pela população indígena;
- Considerar a possibilidade de diversos agrupamentos dentro do território (núcleos por família ou por etnia), na concepção dos espaços da Casa de Passagem Indígena;
- Conceber os ambientes de forma modular, de modo que possam ser executados em etapas;
- Prever zoneamento por camadas de sociabilidade que se estruturarão em :a) interface da comunidade indígena com o bairro e comunidade externa, incluindo áreas de produção e venda de artesanato; b) interação social indígena, considerando sua diversidade (áreas abertas cobertas, espaço do fogo, cozinhas e sanitários; c) áreas de abrigo e repouso (dormitórios) capazes de abrigar as diversas configuração de agrupamentos (por parentesco, aldeia ou etnia).

A partir destas diretrizes, a equipe elaborou duas propostas, as quais destacamos neste artigo. A primeira delas, considera um módulo base para o projeto. Trata-se de uma edificação térrea composta de dois blocos edificados: um bloco de dormitórios e sanitários; outro bloco de cozinha, depósitos e áreas técnicas. Os dois blocos são articulados por uma área aberta e coberta - uma grande varanda - que cumpre os usos de refeitório, convívio e confecção do artesanato. Desse modo, os dois blocos podem ser articulados em diversos formatos, configurando implantações em "L", "U" ou lineares, de modo a estabelecer diferentes espaços externos que podem ser adaptados em diversos locais. O edifício pode abrigar entre trinta e quarenta pessoas. Nessa configuração, a Casa de Passagem é entendida como um complexo de diversos edifícios pequenos, com flexibilidade de implantação em diversos terrenos, possibilidade de extensibilidade e construção em etapas, além de manter uma certa autonomia de cada edifício, de modo a facilitar a gestão de cada unidade e respeitar os diversos agrupamentos da população indígena.

A equipe estudou a implantação desses módulos base em duas situações: Proposta A - no terreno do atual TISAC, utilizando a cobertura existente para produção e venda de artesanato; Proposta B - no terreno ao lado do TISAC, uma área livre de propriedade da União, cedido para a construção da Casa de Passagem (Figura 5 e Figura 6).

No entanto, a Prefeitura Municipal não cumpriu o Termo de Compromisso que estabeleceu com o Ministério Público Federal no sentido de providenciar a construção da Casa de Passagem definitiva, tampouco de prover de condições mínimas de habitabilidade o antigo terminal (TISAC), local provisoriamente definido para abrigo dos indígenas.

Em diálogo com a comunidade indígena e com o Ministério Público Federal, a equipe de projeto mudou a estratégia projetual e concebeu uma segunda proposta, atendendo uma demanda emergencial de adaptação do edifício do TISAC para abrigar os indígenas cumprindo os parâmetros estabelecidos no

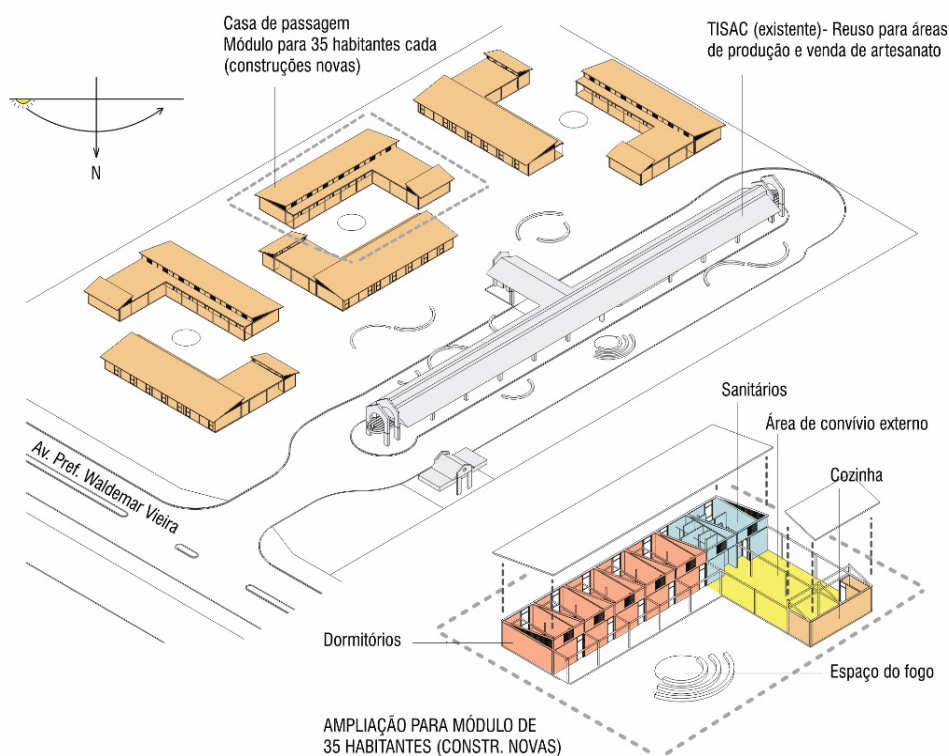


Figura 5. Proposta B - Projeto.
Fonte: Elaboração própria

Figura 6. Proposta B –
Perspectiva. Fonte: Elaboração
própria

código de obras municipal. A proposta consiste na construção de módulos de dormitórios, sanitários e cozinhas sob a estrutura do terminal. Por não ocupar toda a área construída do terminal, mantêm-se áreas abertas e cobertas para convívio e confecção de artesanato. Nessa versão do projeto, a cobertura dos dormitórios estará sob a cobertura existente e o espaço entre elas será destinado ao estoque do artesanato para venda. O fato de a cobertura dos dormitórios estar sombreada pela cobertura existente do terminal auxilia também no conforto térmico dos quartos, além de prover uma dupla proteção contra a chuva. Tem capacidade de abrigar 80 pessoas, providos espaços para produção e venda de artesanato, fornecendo assim uma opção factível de abrigo temporário, porém digno, para essa população (Figura 7 e Figura 8). Salientamos que essa segunda proposta também segue as diretrizes estabelecidas anteriormente.

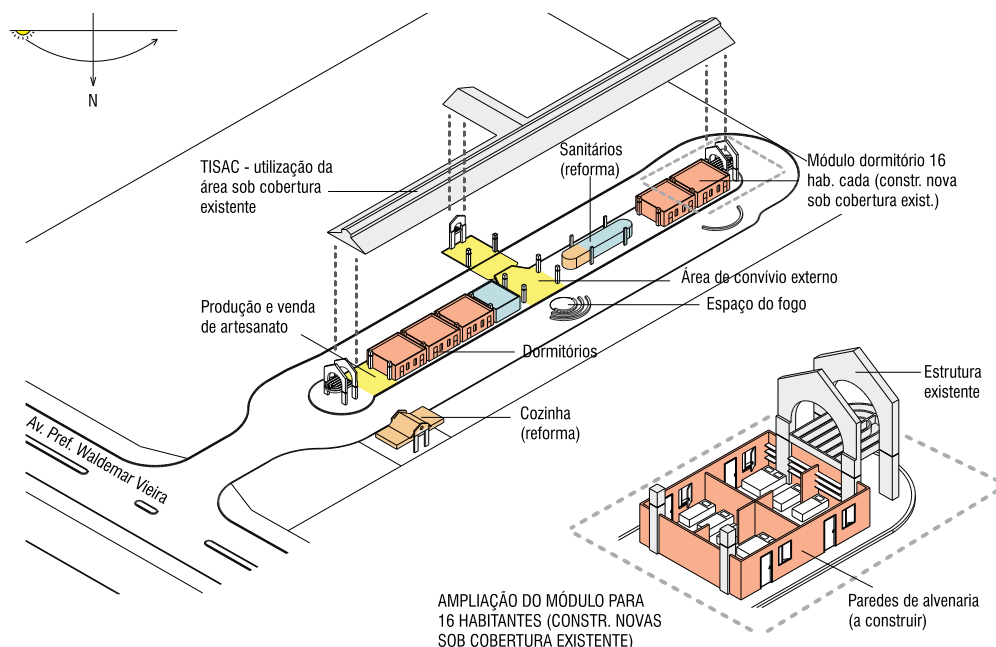


Figura 7. Proposta C – Projeto.
 Fonte: Elaboração própria

Figura 8. Proposta C -
 Perspectiva. Fonte: Elaboração
 própria



DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A partir das diretrizes solidamente elaboradas no processo participativo com os atores envolvidos, desenvolveu-se uma primeira proposta para construção da Casa de Passagem Indígena de Florianópolis. As mudanças decorrentes das ações dos diversos setores do Estado foram consideradas como dado de projeto, nesse caso evidenciado principalmente pela disputa entre Prefeitura e o Ministério Público. Por esse motivo, as principais premissas do projeto preconizam um modo flexível para adaptar-se a diferentes terrenos e ser construído em etapas. Prova disso foi a segunda proposta de projeto, onde foram utilizadas as mesmas premissas e dimensionamento dos ambientes definidos na primeira proposta, adaptada às condições impostas pela conjuntura atual, na qual o Ministério Público.

Segunda proposta foi apresentada pela equipe de projeto e validada pela comunidade indígena em reunião realizada no TISAC no princípio de março de 2022. Em 14 de março de 2022 essa proposta foi apresentada, comentada e

aprovada em uma reunião entre os representantes indígenas, Ministério Público Federal e equipe de projeto do Labproj (Laboratório de Projeto do Curso de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina), realizada na sede do Ministério Público Federal em Florianópolis. Em decorrência à aprovação na referida reunião, foi elaborada pela equipe de projeto uma previsão orçamentária para construção do projeto, valor que o Ministério público utilizará como referência para a captação de verbas para sua execução.

Por fim, observamos que o ato de projetar, além das questões técnicas e estéticas inerentes ao campo da arquitetura, está também condicionado às modificações e conflitos que as ações dos diversos atores do Estado - uma condicionante importante no caso de um projeto de caráter e interesse públicos como o da Casa de Passagem Indígena de Florianópolis.

Agradecemos à equipe do Laboratório de Projetos da UFSC – LABPROJ: profª Anna Freitas Portela de Souza Pimenta, André Brightwell, Heloísa Costa da Silva, Igor Augusto de March, Isadora Nascimento de Deus, João Victor Ortiz, Paulo Cesar Souza Pinheiro, Pedro Jerônimo Vaz de Faria, Victor Bermond Valls e Vitória Gameleira dos Anjo (discentes).

Bergamaschi, M., Doebber, M., & Brito, P. (2018). Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 99(251), 37-53. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>

FLORIANÓPOLIS. Lei complementar Nº 060/2000, de 28 de agosto de 2000. Código de Obras Florianópolis. Florianópolis: Prefeitura Municipal, 2000.

Freire, P. (2014). *Extensão ou comunicação?*. Editora Paz e Terra.

FUNAI. Fundación Nacional del Indio, Brasília. (2018). Cartilha: A presença indígena em Florianópolis. Ministério da Justiça, Rapoport, Amos. Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana. 1978.

IBGE. (2010). Características Gerais dos Indígenas: Resultados do Universo. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Rapoport, A. (1971). *Hechos y Modelos*. In: G. Broadbent, Metodología del diseño arquitectónico (p. 297-323). Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Santos, R. G., Loddí, L. B., & Zanin, N. Z. (2017). Sobre lugares, práticas, corporeidades, dominação e parceria: a experiência gentrificadora e seus atravessamentos na cidade contemporânea. *Revista Interdisciplinar*, 4(5), 112-141. Recuperado de: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/interdisciplinar/article/view/33425>

Unwin, S. A. (2013). *Análise da arquitetura*. Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman.

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS